

1 **Ata 02/2023** – No dia dezesseis de maio do ano de dois mil e vinte três, às 13 horas e
2 quarenta e cinco minutos, reuniram-se os membros do **Conselho Municipal dos Direitos da**
3 **Pessoa com Deficiência (CMPCD)** na Central dos Conselhos, sito à Rua Santo Campagnolo,
4 1216, Vila Industrial, para **Reunião Ordinária**, contando com a presença dos seguintes
5 conselheiros/as GESTÃO 2021-2022: Sueli Rosa Rodrigues, Lucimar Recalcatti Vieira, Junior
6 Rasbolt e Wellington Cassio Barbosa de Oliveira, Sérgio (ADVT). Registra-se também a
7 presença do Sr. Luis Adalberto Beto Lunitti Pagnussatt, Prefeito do Município de Toledo. O Sr.
8 Júnior cumprimenta todos os presentes e inicia a reunião com a **PAUTA: a)** Esclarecimentos
9 sobre o Decreto nº 648, de 7 de outubro de 2019, que estabelece os critérios para acesso ao
10 benefício de gratuidade no serviço de transporte coletivo urbano de Toledo; **b)**
11 Esclarecimentos sobre a Portaria nº 284, de 20 de maio de 2022, que constitui a Comissão
12 responsável pela análise da documentação referente ao cadastro dos usuários beneficiários da
13 gratuidade no serviço de transporte coletivo urbano de Toledo. A Sra. Sueli explica para os
14 presentes que, em virtude do decreto citado no **Item de Pauta A**, pessoas com deficiência ao
15 solicitarem a gratuidade do transporte coletivo, seguindo as normas estabelecidas, porém
16 tiveram seus pedidos negados pela comissão citada no **Item de Pauta B**, onde tiveram suas
17 deficiências apontadas como deficiências estéticas, sendo que não é o caso, pois, apresentam
18 dificuldades, comprometimentos, não é estético. Ela diz que tem um laudo dizendo que ela é
19 portadora de deficiência, no entanto a referida comissão foi cortando passes aleatoriamente,
20 ela diz que de seis mil pessoas com deficiência com passe, quatro mil foram eliminados, um
21 número muito alto. Ela diz também que o Conselho não vê mais justificativa para manter esta
22 Comissão atuando, o Conselho tem outras sugestões para que a pessoa com Deficiência não
23 seja prejudicada. O Sr. Prefeito diz que concorda, ele diz que o Sr. Júnior estava presente na
24 implantação do Passe Social, e que muitos dos que perderam o Passe em razão do parecer
25 da Comissão, ingressaram no Passe Social. Mas ele diz que nesta situação a Comissão tem a
26 autonomia e conceder ou não o passe por força de decreto, mas que agora estão em um
27 processo de construção de um novo edital de licitação, para licitar a nova gestão do transporte
28 público e o pessoal que está construindo o termo de referência tem uma reunião agendada
29 com ele para mostrar o que está sendo construído. Diz também que tem um projeto de lei
30 sendo construído na câmara que zera o valor do passe para estudantes, todos os dias, sem
31 diferenciação de qual modalidade de estudo e que estão construindo um valor de passagem
32 simbólico, por 2 reais, sempre respeitando as leis federais de gratuidades, como acima de 60
33 anos, da pessoa com deficiência, por exemplo, e o município terá que aportar recursos e diz
34 que se conseguirem a passagem a dois reais, o aporte de recursos passa de milhão de reais.

35 Ele diz que conversou com o Júnior e entende que o Conselho quer estar dentro da lei federal
36 e não depender de uma lei municipal, então, para fugir dessa questão de burocracia, de
37 análise, ele defendeu na época que todos utilizassem o passe social, mas foi retirada essa
38 linha da lei que permitia isso. Ele diz que o que precisa que o Conselho faça um estudo do
39 decreto e apresentem uma sugestão de alteração, mas ele sugere que para sanar
40 momentaneamente, que quem necessite busque pelo passe social, até que saia a nova
41 licitação, então a ideia é ter um preço acessível, simbólico. A Sra. Lucimar questiona quais os
42 requisitos para acessar este recurso, o Sr. Wellington explica que cada política tem sua
43 maneira de fornecer, no caso da saúde são doenças crônicas, quem faz acompanhamento
44 fisioterápico, por exemplo. A Sra. Lucimar pergunta no caso de quem tem deficiência
45 intelectual, eles precisam de acompanhante e se o acompanhante também tem acesso. O Sr.
46 Prefeito diz que acredita que sim, mas que tudo isso também pode ser construído, que estão
47 abertos e disponíveis para discussões, que defende a ideia de um valor de transporte público
48 mais acessível e de qualidade, porque as pessoas acabam deixando seus veículos em casa e
49 indo de transporte público, que isso refletem em menos atendimento em UPAs, em menor
50 impacto ambiental, entre outros. A Sra. Lucimar reforça que inclusive a solicitação desses
51 laudos para o transporte gratuito é algo que sobrecarrega a saúde pública. O Sr. Prefeito diz
52 que é a favor da desburocratização e gostaria que os laudos fossem emitidos pelas
53 associações, até pelo fortalecimento da instituição e a Sra. Lucimar relata que os alunos da
54 APAE não precisam de laudo, mas que a instituição está em dia com a legislação, legalmente
55 constituída. O Sr. Prefeito então sugere como encaminhamento o Conselho estudar
56 minuciosamente o decreto e sugerir melhorias e também apresentar sugestões ao edital. O Sr.
57 Prefeito liga para o presidente da Comissão para pedir alguns esclarecimentos e ele relata que
58 alguns passes são negados pela Comissão devido a fragilidade do laudo e esta pede
59 diligências, os Conselheiros explicam que isso de ele explica também que isso torna tudo
60 muito burocrático pois o retorno no médico demora em torno de seis meses, enquanto isso a
61 pessoa com deficiência fica com dificuldade de locomoção. O Sr. Prefeito diz que é isso que
62 precisa ser combatido essa burocracia e mantém o encaminhamento sugerido. A Sra. Lucimar
63 aproveita comenta ainda com o Sr. Prefeito uma sugestão do Conselho para realização de um
64 Concurso Público para pessoas com deficiência, pois hoje no município há o mínimo de
65 pessoas com deficiência servidoras públicas e defendendo a sua área que é de deficiência
66 intelectual e múltiplas deficiências e diz que estão encaminhando para vários locais para
67 entrevistas de empresas, e no concurso público entraram apenas duas pessoas com
68 deficiência intelectual, onde foi feito um concurso com modalidade especial, uma vez que

69 muitos não sabem ler. O Sr. Prefeito questiona como poderia ser feito isso e o Sr. Júnior
70 explica que seria feito concurso exclusivo, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do
71 Brasil farão, e será necessário fazer um estudo das funções públicas e das ferramentas da
72 acessibilidade para que eles possam desenvolver a função. O Sr. Prefeito sugere para o
73 Conselho realizar este estudo e encaminhar a sugestão para a prefeitura, pois é um tema
74 importante pode ser trabalhada perspectivas de solução, que diz que o objetivo é fazer sempre
75 o melhor e ele aguarda encaminhamentos do Conselho. Os Conselheiros agradecem a
76 presença do Sr. Prefeito, o Sr. Júnior agradece a presença de todos os Conselheiros e vencida
77 a pauta encerra a reunião. Nada mais havendo a tratar, eu, Jaina Caroline Lunkes, encerro a
78 presente ata, a qual será encaminhada por e-mail aos conselheiros/as, para apontamentos de
79 eventuais retificações e na próxima reunião ordinária deste conselho, a ata será aprovada e
80 assinada pelos presentes.